



# Anais da Assembléia

N.º 68

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 1976

ANO II

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 98ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 1976.

### SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Leopoldo Jacomel.

À Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egón Püdel, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Luiz Carlos Zuk, Luiz Alberto Oliveira, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (54).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 83, 86, 87 e 88/76, do Senhor Governador do ESTADO, comunicando haver **SANCIONADO** os Projetos de Lei n.ºs:

**170/75:** Do Senhor Deputado LUIZ GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública, o "Lar dos Velhinhos" - Sociedade Beneficente, com sede na cidade de Maringá, o qual convertido em lei tomou o número 6.790.— **Agradeça-se.**

**153/74:** Do Senhor ex-Deputado Antônio Belinati, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, a Ação Maçônica Abraham Lincoln — AMAL, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, o qual convertido em Lei tomou o número 6.788.— **Agradeça-se.**

**03/76:** Oriundo da Mensagem Governamental n.º 21/76, encaminhando anteprojeto de Lei, objetivando acrescentar ao artigo 1.º, da Lei n.º 6.593, de 15 de agosto de 1974, o inciso IV, com redação que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 6.787.— **Agradeça-se.**

**31/76:** Dos Senhores Deputados Ivo Thomazoni e Dácio Leonel, que declara de utilidade pública a Associação Comercial de Londrina, com sede em Londrina, o qual convertido em Lei tomou o número 6.789.— **Agradeça-se.**

#### OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 92 e 93/76 do Senhor Governador do Estado,

comunicando havendo sido **VETADO PARCIALMENTE**, os Projetos de Lei n.ºs:

**22/76** Oriundo da Mensagem Governamental n.º 24/76, que dá nova redação ao anexo II, da Lei n.º 6.112, de 29 de junho de 1.970, na parte referente à sistemática de cargos em comissão, da parte permanente, do Quadro Próprio de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado, tendo o veto parcial aposto incidido sobre as expressões "os benefícios decorrentes desta Lei, passam a vigorar a partir de 1.º de Janeiro de 1976", constantes do artigo 2.º. **À C.C.J.**

**6/76** Oriundo da Mensagem Governamental sob o n.º 26/76, sobre a incorporação aos proventos dos funcionários civis do Estado, em futuras aposentadorias, das gratificações previstas nos itens II e III, do art. 172, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, tendo o veto parcial aposto incidido sobre as expressões "ressalvados os casos previstos em lei", constantes do artigo 4.º — **À C.C.J.**

#### OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 89 e 90/76 do Senhor Governador do Estado, comunicando havendo sido **VETADO INTEGRALMENTE** os projetos de lei n.ºs:

**84/75:** Do Senhor Deputado Fidelcino Tolentino que visa autorizar o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada de rodagem, que partindo da BR — 277 (km. 361), passa pela sede do município de Catanduvas e pelo distrito de Três Barras, até alcançar o Rio Iguaçu.— **À C.C.J.**

**149/75:** Do Senhor Deputado Valter Pietrângelo, que visa autorizar o Poder Executivo a declarar de utilidade pública, todas as áreas do território paranaense cobertas por florestas virgens.— **À C.C.J.**

#### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO:

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições constitucionais, submete à apreciação da Casa o presente requerimento, no sentido de que seja consignado na Ata da sessão de hoje, um voto de pesar pelo prematuro passamento do senhor MÁRIO GUERRA, prestante cidadão e que, como antigo funcionário e como Sub-Diretor do então Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, deixou marco indelével por sua atuação competente e devotada à causa pública.

Requer ainda, que esse voto de pesar seja comunicado à família enlutada, como manifestação dos sentimentos da Casa.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1976.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer seja inscrito na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido na semana passada, na cidade de Joaquim Távora, do prestigioso cidadão paranaense, Sr. JOSÉ GOMES DE OLIVEIRA.

O extinto era pessoa distingüida com a especial estima dos seus conterrâneos, não apenas da localidade onde habitava, mas também de toda a região, por seus méritos de cidadão

honrado e por ser um dos fundadores de Joaquim Távora.

Requer, também, que deste registro seja dado conhecimento ao Sr. Teodorico Gomes de Oliveira, ex-Prefeito Municipal de Joaquim Távora, e ao Sr. Nelson Gomes, atual Prefeito de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1976.

(a) GABRIEL MANOEL

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa., após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de pesar pelo falecimento do Sr. VICENTE ELIZEU AMPESSAM, no Município de Pato Branco.

Solicita-se também, que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada e à Prefeitura Municipal de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1976

(a) IVO THOMAZONI

### JUSTIFICATIVA:

O Sr. Vicente Elizeu Ampessam, prestante cidadão do município de Pato Branco, era funcionário aposentado daquela Prefeitura, dedicando toda sua vida ao trabalho honesto e consciente em prol da comunidade.

Ao lado disto, pai de numerosa família, a todos inculcava os bons princípios de que era portador e seus filhos hoje palmilham o caminho do bem que ele traçou.

Conquistou ainda, o respeito e a admiração da população que hoje lamenta sua perda.

Justo que esta se associe a estas manifestações de pesar.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, requer voto de pesar pelo passamento da Professora ROSI TEREZINHA TIEBOT, ocorrido no dia 10 do corrente mês, onde exercia seu cargo com amor e dedicação no Colégio Martinus - Curitiba.

Comunique-se à família enlutada, que reside nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1976.

(a) ERNESTO GNOATO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos, voto de congratulações e regozijo pelo transcurso, em data de amanhã, do 23º aniversário da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda, sediada em nossa Capital, unidade da Força Aérea Brasileira, que tem como escopo o ensino, sendo a única escola que forma oficiais especialistas de infantaria de guarda, e de administração.

Da decisão da Casa, uma vez aprovado o presente pedido, requer-se outrossim, seja dado conhecimento ao Brigadeiro do Ar, SAULO DE MATTOS MACEDO, Comandante daquele estabelecimento.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Desde cedo aprendemos a observar que a manifestação de

desonestidade é o primeiro passo perigoso para os acometimentos de crimes maiores, e aí está o que relatamos com referência às publicações efetuadas em o jornal "PANORAMA".

Recentemente, o Sr. MÁRIO CONSELVAN, além de ter feito uma das piores administrações, delapidado o patrimônio público de Cambará, agora se transformou em seqüestrador, promovendo o crime "presume-se" com apaniguados capangas naturalmente por si subveccionado para participarem do ato criminoso. Segundo processo de denúncia que deu entrada na justiça de Cambará, no dia nove próximo passado pelo Advogado MOACIR CORREIA FILHO, tanto MÁRIO CONSELVAN quando aos seus capangas, estão enquadrados nos artigos 146 e 148 do Código Penal, em concomitância com o Art. 51, § 1º, do referido diploma legal.

A nosso ver, o ato criminoso do Prefeito de Cambará, já denunciado pelo Deputado Federal JOÃO OLIVIR GABARDO, conforme noticiário da Hora do Brasil, de quinta-feira próxima passada, o crime cometido deve também, ser denunciado à área de Justiça Federal; por isso mesmo, nesta oportunidade, REQUEIRO à douta Mesa Executiva, que após ouvido o Plenário, encaminhe-se em forma de sugestão, o pedido de providência aos seguintes Setores de Segurança:

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - "S.N.I."

POLÍCIA FEDERAL

DELEGACIA DO CRIME CONTRA A FAZENDA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

fazendo anexar cópias do meu pronunciamento, bem como, fotocópias das documentações representadas pelos recortes de jornais que anexamos, e da cópia do processo que tramita na Justiça Pública de Cambará.

Segundo informações de pessoas ligadas à administração municipal de Cambará, o Prefeito foi denunciado por diversas firmas por atos configurativos e irresponsabilidades administrativas através de malversação do dinheiro público; uma das denúncias foi encaminhada à Delegacia de Crimes contra a Fazenda, embora a referida denúncia tivesse revestida de farta documentação comprobatória dos fatos denunciados, aquela especializada determinou o arquivamento.

O episódio histórico que se retratou nestes dias na administração prefetural de Cambará, é consequência de acontecimentos outros que se registraram na constância da mesma administração do Prefeito MÁRIO CONSELVAN; o poder de influência maléfica do alcaide daquele município criou durante o período administrativo de seu mandato, além do empobrecimento municipal do desassossego permanente na área da comunidade; tudo fez aquele desonesto administrador no sentido de se julgar protegido para o exercício prejudiciais à economia pública.

Eleito pela sigla do MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, tão logo tomou posse do cargo se transferiu para o Partido do Governo. Presume-se que para se proteger de sua caminhada fastidiosa de açambarcamento do dinheiro público; consta que CONSELVAN na oportunidade em que se transferiu para a ARENA estava com o patrimônio particular em estado de insolvência, cuja atitude de salvação afirmava-se, era o meio para recuperar a grandeza de seu patrimônio particular, haja visto que seus adversários políticos locais, pessoas fluentes junto ao mesmo, com sua mudança deixaram de ser adversários para se transformarem em companheiros, dando assim a CONSELVAN a certeza de que estaria seguro para praticar os abusos constantes com respeito ao dinheiro público do município em consequência de ser ele o Prefeito, tais recursos permanecia à sua disponibilidade.

O Prefeito de Cambará quis se assegurar também da proteção policial para que dela tivesse o benefício do apoio aos seus pecados administrativos, por isso mesmo buscou a nomeação de JOÃO CARULA para Delegado de Polícia; este cidadão, com processo tramitante na Justiça Pública local por

falência fraudulenta caracterizada, passou a ser o Delegado ou mantido na Delegacia de Polícia de Cambará, e proteger o Prefeito denunciado, física e administrativamente.

(sala das Sessões, em 14 de junho de 1976.

(a) LÚCIO MACHADO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde, PAULO DE ALMEIDA MACHADO, que baixe Portaria, proibindo bulas nas embalagens de remédios, para que possam ser vendidas somente por intermédio de receitas médicas.

Pois a venda dos mesmos, por estabelecimentos sem escrúpulos, tornaram comércio comum, pondo em perigo a saúde do homem.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1976.

(a) ERNESTO GNOATO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A supressão da ligação aérea com a cidade de Maringá, e, decorrentemente com uma das mais poderosas regiões do Estado, apesar da precária solução proposta para atender a emergência, serviu também, e principalmente, para evidenciar uma situação de fato, altamente danosa aos interesses do Paraná, posto que a fórmula agora ajustada limita radicalmente as possibilidades de acesso daquela região, estreitando-lhe as perspectivas, desestimulando o uso do transporte aéreo, conduzindo a um inexplicável distanciamento da região com a Capital, e desta, com o restante do País, seccionando os interesses e as aspirações paranaenses, e, em última análise, criando um inexplicável fosso a dificultar e impedir um mais amplo e mais rápido desenvolvimento — e sua consolidação — a um setor territorial que tem respondido e responde, de maneira significativa, por parte substancial das atividades paranaenses.

Temos em conta que o requerimento apresentado a esta Casa, e unanimemente aprovado em data de 24 de maio do corrente, não tenha constituído documento suficientemente forte para evidenciar o interesse do Paraná, quando na oportunidade se solicitou ao Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica, apoio às medidas adotadas pelo Prefeito de Maringá, e pelas lideranças comunitárias daquela região, objetivando equacionamento capaz de atender, com eficiência e dignidade, uma das populações mais ativas do País e que se empenha pela ligação direta com a Capital do Estado.

A supressão dos vôos que atendiam aquela cidade, e por conseguinte, a região, configurou, por parte da Empresa concessionária, um inqualificável desrespeito e desprestígio a um contingente de mais de 2.700.000 habitantes, que se constituem nos lídimos promotores de nova e exuberante civilização, assentada em farta e diversificada produção agrícola, com novas e alvissareiras perspectivas de revigoramento e expansão, através da industrialização, aliás preconizada no Plano Tripolar de Desenvolvimento. E há que se considerar ainda que tal atitude foi tomada, exatamente às vésperas das comemorações do 29º aniversário de fundação de Maringá, às quais acorreram inúmeras personalidades e autoridades, até mesmo do âmbito internacional.

Anuncia-se agora, que os vôos serão reencetados. Porém, não cabe admitir que a Transbrasil — concessionária para a área — depois do acinte infringido à toda extensa região polarizada

por Maringá, com o cancelamento da rota reative, às pressas e precariamente, as linhas, anunciando, por veículos de comunicação, a contratação de táxis aéreos. Essa é, efetivamente, uma decisão, por todos os títulos, infeliz, portanto não satisfaz e nem atende aos justos reclamos da região. Não cabe essa medida provisória, e em nada se justifica essa atitude precária, o que revela, tão só, a pretensão de manter uma situação humilhante e de bloquear a iniciativa regional.

Não se pode conceber que ocorra em nosso Estado uma involução no trato do problema de transporte aéreo, dando-se-lhe assim parâmetros adotados há época do Brasil Colônia, quando as Capitânias Hereditárias eram paternalistas, praticamente destinadas aos vassallos mais obedientes das Cortes. A Portaria 022/GM5, de 07 de janeiro transato, procedendo à demarcação das 5 regiões compreendidas pelos Sistemas Integrados de Transporte Aéreo Regional, dividiu o Brasil em cinco verdadeiras Capitânias Aéreas, tendo como donatários os proprietários ou dirigentes das Empresas de maior porte: Varig/Cruzeiro, Vasp e Transbrasil, numa atitude que pode evidenciar conflito com as normas constitucionais vigentes, porquanto que "AO LADO DE SER UM SERVIÇO PÚBLICO, EXPLORADO MEDIANTE CONCESSÃO, O SERVIÇO DE TRANSPORTE AÉREO REGULAR É UMA ATIVIDADE ECONÔMICA QUE, CONFORME ENTENDIDO E PRATICADO ENTRE NÓS, NÃO COMPORTA MONOPÓLIO". (J.B. Carneiro da Cunha).

O princípio antimonopolista está exarado no Art. 160 e seu inciso V, da Constituição Federal, e se encontra também regulado no Art. 74 do Código Brasileiro do Ar.

Através da Portaria já mencionada — reportando-nos uma vez mais à filosofia antimonopolista da Lei Maior — cumpre assinalar que: Varig/Cruzeiro detém 50,70 por cento das linhas aéreas brasileiras, caindo a Vasp para 35,20 por cento e a Transbrasil para 14,10 por cento.

As afirmações aqui lançadas encontram, ainda, socorro no substancial e brilhante pronunciamento do Sr. Flávio Musa de Freitas Guimarães, Diretor Presidente da Vasp, proferido no Senado Federal, em 12 de abril deste ano (trabalho em anexo).

Há que se propor algumas indagações e que, pertinentes, devem merecer a atenção e o cuidado desta Casa:

— Quais as razões que levaram a Transbrasil a transgredir as normas constitucionais que presidem a política de transportes aéreos, cujas linhas mestras estão também, explicitadas, meridianamente no aludido pronunciamento do Diretor da Vasp?

— Caso as alegações da Empresa faltosa estivessem fundamentadas na inviabilidade econômica da linha, quais as razões que a levaram a restabelecer, de imediato, a utilização do Aeroporto de Maringá, tão logo o legítimo protesto formalizado por toda a região foi recebido pelas autoridades competentes?

— Por que não foram ainda atendidos os ofícios e as insistentes reivindicações de Maringá, que pleiteia a instalação de um Serviço de Proteção de Vôo, de extrema necessidade, especialmente nos meses de agosto e setembro, quando a região normalmente é coberta por intensa neblina seca?

Daí dar-se como válida e legítima a proposição paranaense que, valendo-se das disposições constitucionais, procura a criação de uma Empresa de navegação aérea regional consorciada, estimulando a concorrência que assegura a competição, nela se integrando os Poderes Públicos Municipais de Maringá, e Curitiba, e as Lideranças Comunitárias.

A Portaria 022/GM5, propõe uma composição exquível de

recursos assim distribuídos:

- 1/3 das ações será coberto pelo Poder Público;
- 1/3 das ações por uma empresa; e,
- 1/3 das ações pelas Lideranças Comunitárias.

É relevante mencionar-se aqui, dois aspectos de relevo e importância:

- A ligação direta Curitiba-Maringá e vice-versa, integrará ao nosso contexto econômico o Sul de Mato Grosso que, pela idêntica formação de solo, se constitui em extensão do Noroeste do Paraná, ensejando que empresários paranaenses busquem na vizinha unidade federativa desenvolver suas atividades agro-pastoris.
- Para a capital paranaense são por demais evidentes as consequências econômicas e sociais que advirão do fato. Além de estimular integração e convívio entre as populações de ambas as regiões, seus homens públicos, profissionais liberais, empresários, ainda beneficiará a rede hoteleira e atividades afins, e o Aeroporto Afonso Pena será o ponto de convergência e de distribuição de passageiros para qualquer parte do País.

Face ao exposto, e à importância do assunto, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, requer ouvido o Plenário, a constituição de COMISSÃO ESPECIAL, integrada por cinco (05) membros, para, no prazo de trinta (30) dias, adotar as seguintes medidas:

- 01 — Proceder a uma análise do problema, diagnosticar a questão e recomendar a adoção de medidas compatíveis;
- 02 — Pugnar pela ligação aérea direta "Curitiba-Maringá" e vice versa, através de uma Empresa Regional consorciada, valendo-se inclusive, da anunciada disposição da Vasp de integrar-se a uma estrutura local, considerando-se mais ser tal Companhia Pioneira na Região e proprietária, inclusive, do serviço de rádio no Aeroporto de Maringá.
- 03 — Estimular as comunidades paranaenses para a formação de capital da futura empresa.
- 04 — Conquistar o apoio e a aprovação do Ministério da Aeronáutica e do Departamento de Aeronáutica Civil, para a ampliação da pista de pouso de Maringá em mais 300 m, totalizando-lhe assim, 1.900 m, o que possibilitará operações de aviões a jato de médio porte — isto em área de propriedade líquida e certa do Município.
- 05 — Encaminhar os resultados dos trabalhos da Comissão ao Exmo. Sr. Joelmir Campos de Araripe Macedo, Ministro da Aeronáutica; ao Exmo. Sr. Brigadeiro Silvio Gomes Correa, Diretor Geral do Departamento de Aviação Civil; aos Exmos. Srs. Prefeitos Municipais de Curitiba e de Maringá; às Câmaras Municipais desses municípios; aos Srs. Diretor da Vasp, da Varig/Cruzeiro e da Transbrasil.

Outrossim, requer mais que, instituída a Comissão ora pleiteada:

- a) — dirija-se convite e solicitação às Câmaras Municipais de Curitiba e Maringá, para que, passem a integrá-la, na condição própria, dois Vereadores de cada um desses Municípios;
- b) — Realize contato direto com o Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica, cientificando-lhe da existência da Comissão, seus objetivos e, de imediato, pleiteando seu apoio à intenção proposta;
- c) — da mesma forma, proceda a Comissão os necessários contatos com a Direção da Vasp (por já ter publicado sua disposição de participar de iniciativa regional paranaense), assim como com os demais setores que entender necessário, visando estimular a concretização da iniciativa

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1976.

(a) ENÉAS FARIA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, requer o envio de expediente a S. Exa. o sr. Professor Francisco Borsari Neto, DD. Secretário de Estado dos Negócios da Educação e da Cultura, solicitando ao mesmo, a inclusão do Grupo Escolar Vicente Machado, do Município de Cianorte, dentre as escolas a serem beneficiadas com a construção de canchas de esporte.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1976.

(a) GABRIEL SAMPAIO

### JUSTIFICATIVA:

É indiscutível e inquestionável, a importância da prática do desporto, no que concerne a uma melhor formação física e mental do indivíduo.

É portanto, incontestável a pretensão do Grupo Escolar Vicente Machado, da cidade de Cianorte, ao reivindicar ao Sr. Secretário da Educação sua inclusão dentre aqueles que deverão ser beneficiados com a implantação de tais complexos esportivos.

Principalmente porque, sendo a cidade de Cianorte uma das mais importantes e populosas cidades da região norte paranaense, tem condições de para si reivindicar tal benefício uma vez que não constitui por certo novidade para ninguém, a importância que vem sendo dada de dois anos para cá, por parte dos órgãos responsáveis pela formação de equipes de atletas em nosso País.

O Governo Federal, através do Ministério da Educação e Cultura, tem demonstrado a constante preocupação de ver o nome do Brasil, também altamente conceituado e proclamado pelos feitos de seus atletas.

Como o trabalho iniciado, junto à criança, permitirá uma formação mais perfeita e racional, dentro dos mais modernos e técnicos métodos da prática da educação física, não temos a mais absoluta dúvida de que a pretensão do Grupo Escolar Vicente Machado, de Cianorte, será bem recebida por parte do Sr. Secretário da Educação e da Cultura, culminando com a determinação de que seja incluso nos planos daquela Pasta, a construção de uma cancha de esportes para o estabelecimento em tela.

### PROJETOS DE LEI:

#### PROJETO DE LEI Nº 72/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "CENTRO CASTRENSE DE CURITIBA", com sede nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, se enquadra pelas suas finalidades, dentro das exigências legais estabelecidas pela legislação estadual e pela legislação federal, reguladoras do instituto da declaração de utilidade pública.

Os estatutos que anexamos ao presente Projeto de Lei, dizem melhor dos fins a que se propõe o Centro Castrense de Curitiba, o qual já foi reconhecido pelos seus relevantes serviços prestados à comunidade de Curitiba, quando declarado de utili-

dade pública em 27 de dezembro de 1972, pela Lei 4.472, da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Fundada em 25 de janeiro de 1959, o Centro Castrense de Curitiba vem promovendo a filantropia e assistência social constando de seus estatutos (Art. 71), que os membros de sua administração não são remunerados e que em caso de dissolução, o seu patrimônio líquido reverterá em benefício de associações assistenciais de Castro.

Os seus objetivos sociais caracterizam bem a sua atividade, razão pela qual estamos seguros de que teremos o apoio de nossos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis, para o fim de aprovação do presente projeto de lei.

**O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo)** Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

**O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados,**

Queremos hoje encaminhar um requerimento à Mesa referente ao transcurso do primeiro aniversário de edição das segundas-feiras do prestigioso jornal "A GAZETA DO POVO", quando, há um ano atrás vinha preencher uma lacuna existente aos leitores de Curitiba e do Paraná.

E não podíamos, deixar passar despercebido, este gesto desta empresa paranaense de renome, de tradição.

Então, Sr. Presidente, queremos encaminhar este requerimento no seguinte teor. (Lê):

"O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer seja procedido na Ata dos trabalhos desta sessão o registro de um voto de regozijo pelo transcurso do primeiro ano da edição das segundas-feiras do vibrante jornal "Gazeta do Povo", período em que demonstrou a inegável penetração de suas mensagens, de elevado patriotismo e de serviços à causa pública.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1976, assino, Gabriel Manoel."

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo)** Concedo a palavra ao Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, segundo orador inscrito.

**O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.**

Comemorou ontem o município de Quitandinha o seu 150º aniversário de emancipação política. E assumo a tribuna hoje para transcrever em nome da população daquele Município, a euforia que ocorreu nas festividades quando S. Exa. o Governador Jayme Canet Júnior, acompanhado de alguns Srs. Secretários, de diretores de Departamentos inaugurava a obra do acesso à sede do município, em torno de 12 mil metros quadrados.

Inaugurou também S. Exa., a iluminação pública na base do mercúrio, a cancha de esportes infantil a praça infantil, e, no Distrito de Pangará, um grupo construído em alvenaria em convênio entre o Município e a FUNDEPAR, Recebeu por último as homenagens do povo de Quitandinha através de um projeto de lei de autoria do Vereador Antônio Darke, sancionado pelo Prefeito Eleutério Ricardo de Andrade, cujo decreto recebeu o número 52/76.

Recebeu, como disse. S. Exa. o título de Cidadão Honorário. E se existe alguma coisa de justo que se fez em Quitandinha, foi dar a este grande Governador de nós todos paranaenses, o título de Cidadão Honorário de Quitandinha.

Quero, através destas palavras, em nome do povo de Quitandinha, externar o profundo agradecimento daquela população, na certeza e na convicção de que estão sendo agradecidos ao homem que veio do interior, na defesa do homem do interior

Tomo a liberdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de encaminhar à Mesa o seguinte requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja enviado expediente aos Srs. Dr. Jayme Canet Júnior, Governador do Estado e Dr. Osires Sthenguel Guimarães, Secretário dos Transportes, transmitindo-lhes os agradecimentos pelas obras inauguradas ontem em Quitandinha, quando aquele Município completava seu 150º aniversário de fundação.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1976"

Nada mais justo do que sejam agradecidos aos homens que tanto trabalharam pelo município, numa demonstração viva de que querem o progresso cada vez maior deste nosso grande Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo)** Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, terceiro orador inscrito.

**O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.**

(Lendo): "Nossa Pátria tem se distinguido no cenário internacional, pela presença de respeitáveis artistas e eruditos escritores que, com invulgar felicidade, têm traduzido os nossos sentimentos e cultura.

De modo particular, ressaltam-se os renomados componentes da Academia Evangélica de Letras do Brasil e dentre eles o co-estadano Revdo. Xavier Assumpção, Pastor da Igreja Batista, autor de inúmeros inscritos de interesse geral e teológico, redator de jornais e periódicos e, atualmente, diretor do abalizado mensário, que trouxe à lume "O Visitador".

Referindo-me à Academia Evangélica de Letras do Brasil, devo enfocar alguns dos seus aspectos para conhecimento dos nobres pares desta Casa Legislativa.

Fundada em 23 de outubro de 1962, por iniciativa do acadêmico Bolivar Pinto Bandeira, e do atual Presidente, Acadêmico Sebastião José Ribeiro, Patronos das Cadeiras 1 e 2, e contando desde 1975 com novos Estatutos e Regimento, a organização se constitui de 40 Cadeiras que têm acolhido escritores evangélicos, do sexo masculino.

Dos 40 Patronos, 21 são fundadores; os demais eleitos. Há também os ocupantes das vagas dos titulares já falecidos.

São Patronos e ocupantes das respectivas Cadeiras: Cadeira número 1, Bolivar Pinto Bandeira, número 2, Sebastião José Ribeiro, número 3, Jairo Moraes, número 4, José de Souza Marques, ocuante Roque Monteiro de Andrade, número 5, David de Azambuja, número 6, Aguinaldo Costa, número 7, Thiago Rodrigues Rocha, número 8, Eliezer Correia de Oliveira, número 9, Anselmo Chaves, número 10, Domício Pereira de Matos, número 11, Luciano Lopes, número 12, Mário Barreto França, número 13. A. Neves de Mesquita, número 14, Tancredo Costa (vaga a ser ocupada), número 15, Gilberto Maia, número 16, Benjamim Moraes, número 17, Geraldino Moreira, número 18, Antonio Almeida mais primeiro ocupante Luiz D'Aurea e segundo ocupante Nilson do Amaral Fanini, número 19, A. Dutra Junior, número 20, José H. Matta, número 21, Zaqueu Ribeiro, número 22, Jair Pereira Ramalho, número 23, M. Porto Rico, número 24, Cezar Dalcorsio Filho mais ocupante, zacaruas Campelo, número 25, João Crysóstomo de Oliveira, número 26, Gerson Mendonça, mais ocupante José Bertoloso Stella, número 27, Ebenezer Soares Ferreira, número 28, J. Munguba Sobrinho mais ocupante Anibal Pereira Reis, número 29, Laudelino de Oliveira Lima Filho, número 30, Júlio C. Nogueira mais ocupante Vitorio Bergo, número 31, Almir S. Gonçalves, número 32, Jonathas Braga, número 33, Antenor Santos

de Oliveira, nº 34 Rosalino da Costa Lima - ocupante — Flaminio Favero, nº 35 Samuel Figueira, nº 36 José Bezerra Duarte - ocupante — Jorge B. Lyra, nº 37 José dos Reis Pereira, nº 38 João Filson Sorem, nº 39 Erasmo Martins Pedro, nº 40 A. Xavier Assumpção.

A Academia Evangélica de Letras do Brasil, conforme seus Estatutos, tem por finalidade:

- a) promover o interesse pelas letras, artes e ciências, em harmonia com os ideais cristãos;
- b) contribuir, através da pena e da palavra, para a cultura geral do povo evangélico;
- c) publicar trabalhos de qualquer gênero, dentro dos princípios da boa literatura;
- d) divulgar trabalhos de natureza apologética e teológica;
- e) apresentar e debater temas de alto nível cultural em reuniões públicas ou nas sessões mensais;
- f) congregar os intelectuais evangélicos em reuniões e tertúlias pondo em debate de efetiva relevância;
- g) exercer influência evangélica nas altas esferas intelectuais do País.

Em vista destes objetivos que adotou e observa, a Academia Evangélica de Letras do Brasil mereceu a declaração de utilidade pública por lei do antigo Estado da Guanabara, no qual adquiriu personalidade jurídica.

Por todos os aspectos apontados e pelo fato de ter o Paraná como representante na entidade um dos seus diletos filhos versados na senda da comunicação, em nome do povo evangélico que represento nesta Assembléia Legislativa, prazerosamente me associo às manifestações de apreço e consideração à Academia Evangélica de Letras do Brasil e seus partícipes que, com brilhantismo têm testemunhado a fé no Senhor e Salvador Jesus Cristo, na promoção de seus preciosos ensinamentos.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Embora o organograma administrativo da Nação, tenha sido planejadamente enquadrado numa distribuição de Poderes Executivo e Legislativo, embora sabendo que os assuntos atinentes à administração municipal, têm que receber a fiscalização de seu poder fiscalizativo que são as Câmaras de Vereadores; embora, sabendo tudo isto, não podemos deixar de manifestar, mais uma vez, desta tribuna, que nos sentimos decepcionados a cada dia que passa, com a maioria dos Prefeitos Municipais, principalmente o da nossa região; Prefeitos que deixam de cumprir com os seus deveres, como homens escolhidos pelo povo comunitário para dirigir, administrar e reger a administração do seu município.

Prefeitos que, com exceção é claro, têm esquecido que o dinheiro público é dinheiro do povo e que eles, na qualidade de administradores escolhidos pelo povo, ao invés de malversá-lo têm que cuidar desse dinheiro público a fim de que a comunidade se desenvolva, a fim de que o povo receba de volta através das benfeitorias esperadas, o dinheiro que pagam das tributações de impostos.

Há pouco tempo, por pedido de Vereador da Câmara Municipal de Cambará, líamos desta tribuna denúncia efetuada por aquele Vereador contra o Prefeito Municipal daquela comunidade, Senhor Mário Conselvan, em cujo documento retrospectava o aspecto caracterizante da insolvência de uma administração suicida, onde o seu Prefeito deixara de pagar fornecedores do município e inúmeras duplicatas de valores os mais miúdos possíveis.

Essa denúncia que fizemos naquela oportunidade, fizemos como faremos esta de hoje, baseados nas informações que nos chegaram às mãos, e, acima de tudo por pedido, por solicitação de um dos Vereadores daquela Câmara Municipal,

da Câmara Municipal do Município de Cambará.

E retrospectando os fatos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós verificamos o que publicou o "Panorana", jornal editado em Londrina, no dia 09 de junho, com o seguinte texto: (lê):

"Cambará — Cassação ao Prefeito — Partindo da denúncia de um eleitor, a Câmara Municipal iniciará na próxima sessão o processo de cassação do mandato do Prefeito Mário Conselvan.

Diz a nota o seguinte: O Prefeito Mário Conselvan, de Cambará, está ameaçado de ter o seu mandato cassado pela Câmara Municipal, caso sejam comprovadas denúncias feitas pelo eleitor Dário Ferreira e constante de um documento protocolado na Secretaria da Casa Legislativa.

Mário Conselvan, eleito pelo M.D.B., deixou o Partido no ano passado, integrando-se nos quadros da ARENA, medida que desagradou boa parte dos seus correligionários e alguns arenistas.

Sua situação atual na Câmara é de franca hostilidade pela maioria, porque em um dos itens da denúncia consta o não pagamento dos jetons dos Vereadores, desde julho do ano passado.

O documento, protocolado na Câmara de Cambará, segundo informações do Vereador Narciso Scarincci não seguiu a tramitação normal, com o Presidente da Casa Ronaldo Rebelato, aceitando os documentos, mas não seguindo a tramitação determinada pela Lei 201, que instrui a sequência dos trabalhos, mandando que na apresentação do documento ao Plenário, ele seja aceito e formada a Comissão processante.

Os fatos, segundo afirma o jornal:

"Nas acusações feitas pelo eleitor, são destacados 12 itens de infrações político-administrativas, que se comprovadas, poderão acabar com a cassação do mandato do Prefeito Mário Conselvan.

Aprofundando-se mais nas denúncias e comprovando com fotografias, o eleitor acusa o Prefeito de utilizar máquinas e caminhões da Prefeitura em propriedade agrícola de sua mãe, sem autorização da Câmara, compra de jipe para a Prefeitura sem concorrência pública e sem autorização da Câmara; aumento do imposto Territorial Urbano no ano de 1972, sem que a averbação constasse do orçamento.

Para o eleitor, na denúncia aceita pela Câmara, o Prefeito é acusado de efetuar despesas diversas, sem prestar contas à Câmara, enviando os respectivos balancetes, impedindo o funcionamento adequado do Legislativo, que mesmo assim, solicitou por várias vezes, os documentos. Por outro lado, o Executivo demoliu um obelisco e promoveu radicais modificações na Praça João Pessoa, sem a devida anuência do Legislativo.

Diz ainda o anunciante:

"Sobre a falta do pagamento dos jetons dos Vereadores, adiantou que alguns são obrigados a ficarem tirando "vales" para se manter".

O Prefeito, Mário Conselvan, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao ser denunciado por um homem do povo, por um homem que não tinha e não tem nenhuma participação ativa, na administração municipal daquela comunidade, procedeu de forma criminosa, segundo informa o mesmo jornal em edição do dia 11 de junho, diz aqui o contexto:

"Prefeito acusado de seqüestro.

O Prefeito de Cambará, Mário Conselvan, juntamente com outras pessoas, é acusado de ter seqüestrado o eleitor Dário Ferreira.

"Prefeito de Cambará acusado de seqüestrar o denunciante".

A crise política deflagrada nesta cidade com as denúncias de irregularidades administrativas cometidas pelo Prefeito Mário Conselvan, assume aspectos diferentes agora, pois o eleitor autor da denúncia informa ter sido seqüestrado pelo grupo ligado à



administração municipal.

Dario Ferreira, através do advogado Moacir Corrêa Filho, deu entrada ontem com uma denúncia à Justiça acusando Luzimar Araújo, Pedro Eugênio Izalino, funcionários públicos: Ronaldo Rebelato, Presidente da Câmara; Raul Silveira Rosas, Serventuário da Justiça, e Mário Conselvan, Prefeito Municipal, como responsáveis pelo seu seqüestro e coação sob violência, para a assinatura de documentos, retirando as acusações feitas à Câmara Municipal”.

O Sr. Prefeito, reunido com o Presidente da Câmara Municipal, o cartório da cidade e mais algumas pessoas, em sua fazenda, mandou seqüestrar o seu denunciante, segundo processo que tramita na Justiça de Cambará a partir de 5ª feira, desta semana. Tendo o seqüestrador forçado o seu denunciante, evidentemente através da violência, a assinar uma declaração anteriormente efetivada, anteriormente datilografada, na qual ele dizia que não havia efetuado o conteúdo da denúncia anterior.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelo que verificamos, através de cópia autêntica de pedido de tramitação de processo contra o seqüestrador, devidamente assinado pelo Dr. Moacir Corrêa Filho, da OAB - 40-43, de Jacarezinho, verificamos que o fato aconteceu.

Diz a petição:

“DÁRIO FERREIRA, brasileiro, solteiro, do comércio, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de Cambará, por um de seus advogados e procurados “in fine” assinado, conforme instrumento particular de mandato incluso, inscrito na OAB, seção do Estado do Paraná, sob o número 4043, residente e domiciliado na cidade de Jacarezinho, neste Estado, com escritório à Rua Coronel Cecílio Rocha número 506, onde recebe intimações, vem, com o devido respeito, à presença de Vossa Excelência, na forma do artigo 5º, inciso II, do Código de Processo Penal, requerer a abertura de Inquérito Policial contra LUZIMAR ARAÚJO, funcionário público municipal, PEDRO EUGÊNIO ITALINO, funcionário público municipal, RONALDO REBELATO, brasileiro, casado, Presidente da Câmara Municipal de Cambará, RAUL SILVEIRA ROSAS, brasileiro, casado, serventuário da Justiça, e MÁRIO CONSELVAN, brasileiro, casado, industrial, atual prefeito do Município de Cambará, pelos seguintes fatos delituosos:

1) O Suplicante, na qualidade de eleitor e munícipe, requereu, em data de 07 de junho do ano em curso, à nobre Câmara Municipal de Cambará, que “seja o Sr. Prefeito Municipal Mário Conselvan punido com a competente cassação de seu mandato, por infrações político-administrativas do artigo 4º, e seus itens, da Lei número 201, de 27 de fevereiro de 1967, “conforme as xerocópias que constituem os documentos 2 e 3;

2) Que, em data de 08 do corrente mês e ano, aproximadamente, às 19,30 horas, o Suplicante encontrava-se na residência de Da. Ivone Zequir, nesta cidade, realizando reparos em um aparelho doméstico, quando foi chamado, ao portão, por Luzimar de Araújo e Pedro Eugênio Izalino, ambos funcionários do município de Cambará, que, após ligeira troca de palavras, obrigaram-no a entrar, sob ameaça, em seu veículo marca Volkswagen, estacionado à frente da dita residência, rumando para o local onde se encontra a sede da Conselvan Agricultura Ltda., pessoa jurídica de Direito Privado, da qual Mário Conselvan, atual Chefe do Executivo Municipal, em conjunto com seus irmãos, é sócio proprietário;

3) Que, no local supradito, o Suplicante contra sua vontade, foi conduzido e trancado em uma das salas que compõem o conjunto de escritórios, com dois guardas particulares postados ao exterior da referida sala, onde se encontravam, além dos referidos condutores, Ronaldo Rebelato, Presidente da Câmara Municipal, Raul Silveira Rosas, Tabelião e o Prefeito Municipal Mário Conselvan, os quais passaram a exigir do Suplicante a retratação do retro mencionado requerimento de cassa-

ção, proferindo face à inicial negativa, graves ameaças contra a vida e integridade física do Suplicante, em razão dos termos do documento 2 e 3, constringendo-o após, aproximadamente, 2 (duas) horas a assinar uma folha de papel datilografada, de teor desconhecido, entregue por Ronaldo Rebelato, que prontamente providenciou, naquele lugar, o abono à firma e, Raul Silveira Rosas, tabelião, o respectivo reconhecimento;

4) Que, o Suplicante somente assinou referida folha, datilografada, tendo em vista as graves ameaças de parte de todos os nominados, a hora e o local distante da cidade, situação que lhe inspirou justo temor, alarme e intimidação. De igual, ante às circunstâncias do seqüestro de que era vítima, conservação em cárcere, tolhido em sua liberdade de locomoção, preso sob vigilância e manifestação séria, explícita, positiva, determinada e inequívoca de ameaça de causar mal, constringimento para a obtenção da assinatura e impossibilidade de comunicação exterior.

Assim agindo, incorreram, Luzimar Araújo, Pedro Eugênio Izalino, Ronaldo Rebelato, Raul Silveira Rosas e Mário Conselvan, às sanções dos artigos 148 e 146 parágrafo 1º do Código Penal, em liame com o artigo 51, § 1º, do mesmo diploma legal”.

Por aí se verifica, Sr. Presidente, que o Sr. Prefeito de Cambará seqüestrar alguém e o alguém seqüestrado foi exatamente o eleitor denunciante...

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, neste instante escutamos V. Exa. desta tribuna do povo, trazendo à Casa e ao Paraná um fato que entristece os componentes de nossa agremiação, porque, infelizmente, o Prefeito a que V. Exa. ora faz alusão, por um salto de magia, passou do MDB para a ARENA. Veja V. Exa. que esse fato vem se repetindo de uma ou outra maneira.

Queremos, neste instante, hipotecar solidariedade a V. Exa. quando vem defender um povo, o povo de Cambará que muitas vezes não tem a culpa de ter na Chefia do Executivo homens desse quilate.

Queria apenas, neste momento, fazer alusão sobre a defesa do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, e Exmo. Sr. Presidente da Câmara que tiveram a satisfação de nos conceder um voto de “persona non grata” por aquela Câmara, quando desta mesma tribuna denunciava isso que V. Exa. está fazendo hoje.

Incluindo também o Delegado de Polícia, com diversas passagens e com diversos processos instaurados e que, por um passe de magia, estão ainda engavetados.

Permita-me que me alongue apenas para olhar um tópico da defesa do ilustre Prefeito Mário Conselvan, homem que usa e abusa do seu cargo à frente do Poder Executivo da cidade de Cambará e usa e abusa do nome da nossa agremiação. Diz ele, em sua defesa, na Página do Interior, do jornal “Gazeta do Povo” de 14 de junho...

O SR. LÚCIO MACHADO — Pediria a V. Exa. que não procedesse a leitura proque faz parte de meu pronunciamento e, em consequência, iria impossibilitar que eu fizesse a leitura. O Sr. Gabriel Manoel — Gostaria que V. Exa. me concedesse o aparte para concluir e para que fique bem claro que é apenas uma parcela da ARENA que acompanha o Prefeito Municipal de Cambará.

Disse ele que seus adversários procuram o enfraquecimento da ARENA; disse ele, também, que os seus adversários tripudiam sobre o homem que ajudou a eleição de João Mansur.

Quero dizer a V. Exa. que, também, tive participação na eleição da ARENA e quero, neste momento, defender os arenistas de Cambará. Gostaria que V. Exa. fizesse uma ressalva com relação aos nomes dos Vereadores e componentes políticos de nossa facção, da ARENA, porque a nossa facção é honesta e não se coaduna com os objetivos daquele Prefeito que é tripudiar, fazer coação e, muitas vezes, seqüestro...

Digo a V. Exa. que este é o protesto da facção da ARENA de Cambará que represento nesta Casa.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado Gabriel Manoel não acuso e jamais teria motivos para acusar esta ou aquela facção arenista de Cambará.

Analiso, apenas, que o Prefeito de Cambará tem agido de uma forma grotesca, de uma forma irresponsável não só com o dinheiro público daquele município, mas, também, com a segurança da pessoa humana.

Segundo informações de pessoas ligadas à administração municipal de Cambará, o Prefeito foi denunciado por diversas vezes, por diversas firmas em razão de atos condenáveis relativamente à irresponsabilidade administrativa, no que diz respeito a malversação dos dinheiros públicos.

Uma dessas denúncias foi encaminhada à Delegacia do Crime contra a Fazenda que, embora afirme que a referida denúncia tivesse sido representada por farta documentação comprobatória dos fatos, entendeu que a mesma devesse ser arquivada.

(Lendo): “O episódio histórico que retratou nestes dias na administração prefetural de Cambará, é consequência de acontecimentos outros que se registraram na constância da mesma administração do Prefeito MÁRIO CONSELVAN; o poder de influência maléfica do alcaide daquele município criou durante o período administrativo de seu mandato, além do empobrecimento municipal, do desassossego permanente na área da comunidade, tudo fez aquele desonesto administrador no sentido de se julgar protegido para o exercício prejudicial à economia pública; foi eleito pela sigla do MDB, **Movimento Democrático Brasileiro**, tão logo tomou posse do cargo praticamente se transferiu para o Partido do Governo. Presume-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que assim procedeu para se proteger na sua caminhada fastidiosa de açambarcamento do dinheiro público. Consta que Conselvan, na oportunidade em que se transferiu para a ARENA, estava com o patrimônio seu particular em estado de insolvência, cuja atitude de salvação, afirmava-se, era o meio para recuperar a grandeza do seu patrimônio particular, haja visto que os seus adversários políticos locais, pessoas influentes junto ao mesmo, com a sua mudança, deixaram de ser adversários para se tornarem companheiros, dando assim à Conselvan, a certeza de que estaria seguro para praticar os abusos constantemente, desrespeitando ao dinheiro público em consequência de ser ele Prefeito e estar com esses recursos em suas próprias mãos.

O Prefeito de Cambará, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quis se assegurar também da proteção policial segundo o que fomos informados, para que dela tivesse o beneplácito do apoio aos seus pecados administrativos. Por isso mesmo, buscou a nomeação de João Carula para delegado de polícia. Este cidadão com processo tramitante na Justiça Pública local por falência fraudulenta caracterizada passou a ser o Delegado, este Sr. por nome de João Carula e mantido como titular da Delegacia de Polícia de Cambará, segundo o que diz a opinião pública daquele município, para proteger o Prefeito denunciado, física e administrativamente.

Isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos traz acima de tudo, o medo do futuro porque pelo que observamos, o Prefeito de Cambará, agiu desde cedo de forma errônea e com falta de respeito ao próprio mandato que exerce. E a grande verdade é a seguinte, porque desde cedo aprendemos a observar a esta verdade e, a manifestação da desonestidade é o primeiro passo perigoso do homem para o acontecimento e o cometimento de crimes maiores.

Aí está o que relatamos com referência às publicações efetuadas no jornal “Panorama”. Recentemente o Sr. Mário Conselvan além de ter feito uma das piores administrações dilapidando o patrimônio público de Cambará, agora se transformou em seqüestrador promovendo o crime, presu-

me-se, com apaniguados capangas, naturalmente por si subvencionados para participarem de ato criminoso. Segundo o processo de denúncia que deu entrada na Justiça de Cambará no dia 09 próximo passado pelo advogado Moacir Correia Filho, tanto Mário Conselvan, quanto os seus companheiros, estão enquadrados em dispositivo da Lei Penal.

A nosso ver, o ato criminoso do Prefeito de Cambará, a não ser que ele prove contrário para o seu município, já denunciado na quinta-feira passada pelo Deputado Federal João Olivir Gabardo, conforme noticiário da “Hora do Brasil” daquele dia, o crime cometido deve também ser denunciado à área da Justiça Federal.

Por isso mesmo nós queremos no final deste nosso pronunciamento, que deem conhecimento do fato, encaminhando recortes dos jornais que servem que servem de documentação para que se verifique que o fato foi denunciado às seguintes áreas de responsabilidades:

Serviço Nacional de Informações, Polícia Federal, Delegacia de Crimes contra a Fazenda e Ministério da Justiça.

Nós estamos denunciando, Sr. Presidente, Sr. Deputados, aquilo que recebemos através de notícias dos jornais. Oxalá não tenha ocorrido este fato, porque seria esta a pior instância a tomar pelo Prefeito de Cambará, porque o seqüestro, acima de tudo, configura-se como fato relacionado à área de Segurança Nacional.

O seqüestro é, sem dúvida alguma, a falta de respeito à própria pessoa humana. Diz aqui a Gazeta de hoje, “Gazeta do Povo” editada em Curitiba: “Prefeito não teme cassação. O Prefeito Mário Conselvan, de Cambará, acredita que está sendo vítima de uma artimanha política, visando o enfraquecimento de seu Partido, a ARENA”.

Apenas, entre aspas, devemos fazer o seguinte comentário: primeiro, o Prefeito Municipal de Cambará é um homem que não tem partido; é um homem que desonrou e indignificou a estrutura e a bandeira do partido que o levou para a Prefeitura Municipal; segundo, ele não tem e não terá jamais nenhuma preocupação com a ARENA. Apenas fala em nome do partido do Governo, como se fosse uma forma de defesa pré-estabelecida e dá, aqui, caracterizadamente, a demonstração do arripio e do medo pelos seus atos praticados.

Este homem se elegeu pelos votos emedebistas daquela comunidade. Passou, tão logo, para a saia do Governo, a fim de se proteger de alguns erros que naturalmente já havia cometido. E prossegue: “Nas próximas eleições do Governo, ele está ameaçado de ter seu mandato cassado pela Câmara Municipal, diante de uma série de denúncias feitas pelo eleitor David K. Ferreira e constante do documento protocolado na Secretaria daquela Casa”.

Finalmente, diz o senhor Prefeito de Cambará: “As acusações feitas pelo eleitor contém 12 itens de incriminações políticas-administrativas, inclusive o de impedir o funcionamento regular da Câmara por falta de pagamento aos Vereadores”.

E por fim, diz o Sr. Prefeito daquela localidade: “Que não temerá a cassação e fará a sua defesa”. Oxalá o Prefeito Mário Conselvan prove, agora, não só para Cambará, mas para todo o Paraná, que ele é inocente de todas as acusações que lhe fazem, porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ou se moraliza o poder, estirpando aqueles nomes que indignificam este poder ou então, que deixe de existir o poder para não denegrir aqueles que exercem com dignidade e com respeito a função pública e o mandato eletivo que lhes pertence.

Não podíamos de forma alguma, deixar de nos pronunciar sobre o fato, porque entendemos que somos um dos representantes daquela região e, na noite de sexta-feira, foi preciso que a polícia de Jacarezinho se mobilizasse para ir a Cambará e, de lá, trouxesse o denunciante do Prefeito Municipal como medida de segurança.



Na realidade o fato houve. O Sr. Prefeito Mário Conselvan não deve a denúncia que lhe faz, deverá, portanto, provar, para mostrar que a sua dignidade, que seu nome de homem público está revestido, acima de tudo, de respeito à pessoa humana.

O seqüestro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deve ser combatido, deve ser denunciado, a fim de que não venha a ocorrer neste País, o que tem ocorrido em países vizinhos, em que aumenta, a cada dia que passa, o número de seqüestros e diminuindo a paz social daquela gente.

Para que seja formalizada a nossa denúncia, para que conste dos Anais da Casa, na ata constante dos trabalhos de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 46/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 26/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Laranjeiras do Sul, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Aluisio Mayer, na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 47/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 29/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Mandaguari, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Puericultura, na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade, **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 29/76, de autoria do Deputado João Cioni Neto, que eleva de 9 (nove) para 11 (onze), o número de Vereadores da Câmara de Umuarama. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. **COM EMENDA DE PLENÁRIO.** — Em votação a Emenda. — **Aprovada.** — Em votação o Projeto. — **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 04/76, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição 12/71, que aprova prestação de contas deste Poder Legislativo, relativas ao exercício financeiro de 1970. Pareceres favoráveis da CTC e da CCJ., pelo seu encaminhamento à apreciação do Plenário, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 05/76, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição 36/71, que aprova prestação de contas do senhor Deputado Haroldo Bianchi, pela verba de Assistência Social do exercício de 1970. Pareceres favoráveis da CTC e da CCJ., pelo seu encaminhamento à apreciação do Plenário, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 06/76, de autoria

da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição 120/72, que aprova prestação de contas referente ao exercício financeiro de 1971, bem como o relatório da Contabilidade Geral desta Assembléia Legislativa. Pareceres favoráveis da CTC e da CCJ., pelo seu encaminhamento à apreciação do Plenário, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 07/76, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição 113/74, que aprova prestação de Contas do Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1973. Pareceres favoráveis da CTC e da CCJ., pelo seu encaminhamento à apreciação do Plenário, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 08/76, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição 142/75, que aprova prestação de contas deste Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1972. Pareceres favoráveis da CTC e da CCJ., pelo seu encaminhamento à apreciação do Plenário, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 09/76, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição 143/75, que aprova Balancete de verificação referente ao mês de abril, encaminhado pela Contadoria Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, referente ao exercício financeiro de 1973. Pareceres favoráveis da CTC e da CCJ., pelo seu encaminhamento à apreciação do Plenário, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 49/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 33/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Paranaity, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Romário Martins e o Ginásio Estadual Maria José Rocha Braga, na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 46/76, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a Missão Evangélica Betânia, com sede na cidade de Altônia. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 50/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 34/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Pitanga, objetivando execução de reparos onde funcionam Grupos e Colégios que especifica e Delegacia Regional de Polícia Civil, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução n.º 50/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 3/10/75, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Pitanga, objetivando a execução de reparos onde funcionam o Grupo Escolar José de Anchieta, Delegacia Regional de Polícia Civil, Ginásio Estadual D. Pedro I, Colégio Comercial Estadual Antônio Dorigon e Escola Normal Colegial Prof. Brandão, Grupo Escolar Jardim Dona Maria, da sede do

referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 34/76

Acompanhado da Mensagem Governamental 154/75, de 16-12-75, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 3/10/75, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Pitanga, objetivando a execução de reparos onde funcionam o Grupo Escolar José de Anchieta, Delegacia Regional de Polícia Civil, Ginásio Estadual D. Pedro I, Colégio Comercial Estadual Antônio Dorigon e Escola Normal Colegial Prof. Brandão, Grupo Escolar Cap. Francisco Monteiro Tourinho e Grupo Escolar Jardim Dona Maria, da sede do referido município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os Convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, 30 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 51/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 40/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Querência do Norte, objetivando execução de reparos onde funcionam o Grupo Escolar Gilberto Conceição Borsatto e Cadeia Pública Municipal, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução n.º 51/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 08 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Administração, com o município de Querência do Norte, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Gilberto Conceição Borsatto e Delegacia e Cadeia Pública Municipal, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em / /

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 40/76

Acompanhado da Mensagem Governamental 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 08 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Administração, com o município de Querência do Norte, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Gilberto Conceição Borsatto e Delegacia e Cadeia Pública Municipal, na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público

da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(a) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 19/76, oriundo da mensagem 41/76, do Poder Executivo, objetivando reconhecer a estabilidade prevista no parágrafo segundo do Artigo 177, da Constituição Federal de 1967, aos professores que em 15 de março de 1967, contavam com mais de 5 anos de exercício nas respectivas funções. Pareceres favoráveis da CCJ., com SUBSTITUTIVO GERAL, por maioria de votos, da CF., com SUBSTITUTIVO GERAL PRÓPRIO, por unanimidade e da CRH., apoiando por unanimidade, o Substitutivo Geral da C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

### PROJETO DE LEI N.º 19/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica reconhecida a estabilidade prevista no § 2.º do artigo 177 da Constituição Federal de 1967, aos professores não efetivos que em 15 de março de 1967 contavam com 5 anos de exercício nas respectivas funções.

Art. 2.º - O reconhecimento da estabilidade far-se-á mediante solicitação do interessado, à Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, através do processo devidamente instruído.

Parágrafo único. - Atendidas as exigências contidas no artigo 1.º desta lei, a Secretaria da Educação e da Cultura e a Secretaria dos Recursos Humanos apreciarão o processo enviando-o posteriormente à decisão final do Governador do Estado.

Art. 3.º - Os professores considerados estáveis por esta lei, sendo licenciados nas matérias que lecionam e registrados no Ministério de Educação e Cultura, terão retribuição fixa mensal correspondentes ao cargo de professor efetivo do Ensino de 2.º grau, níveis 21 e 22, respectivamente, para os habilitados em licenciatura curta ou plena.

§ 1.º No caso de não serem registrados no Ministério de Educação e Cultura, a retribuição mensal será equivalente de professor efetivo do Ensino de 2.º grau, nível 20, podendo haver aproveitamento desses servidores em funções administrativas.

§ 2.º - Os professores enquadrados neste artigo ficam sujeitos à carga horária semanal estabelecida para os professores efetivos de 2.º grau, podendo-se-lhes atribuir aulas extraordinárias de acordo com a legislação pertinente.

Art. 4.º - Aplicam-se a estes professores as normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e da legislação específica do Magistério, no que forem compatíveis com a situação decorrente desta lei e que com ela não colidirem.

Art. 5.º - Os funcionários considerados estáveis por esta lei, vincular-se-ão obrigatoriamente ao regime previdenciário do Instituto de Previdência do Estado do Paraná, na forma da legislação pertinente.

Art. 6.º - Não serão considerados estáveis os que, à data da Constituição Federal de 1967, não estavam no exercício de funções docentes.

Art. 7.º - A partir da publicação desta lei, os interessados terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias para requerer junto à Secretaria da Educação e da Cultura o reconhecimento previsto no artigo 1.º desta lei.

Art. 8.º - As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão à conta das dotações próprias consignadas à Secretaria da Educação e da Cultura.

Sala das Comissões, em 22 de março de 1976.

(a) Poder Executivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 19/75

Oriundo de Mensagem Goernamental, o Projeto de Lei, agora sob o número 19/76, visa reconhecer a estabilidade prevista no § 2.º, do artigo 177, da Constituição Federal de 1967, aos professores que em 15 de março daquele ano, contavam com mais de 5 anos de exercício nas respectivas funções.

O processo veio instruído com uma exposição de motivos do Senhor Governador do Estado e outra do Senhor Secretário dos Recursos Humanos.

Basicamente, propõe o Executivo o reconhecimento da estabilidade funcional fixada pelo citado dispositivo constitucional, expressamente a professores não efetivos que à época já contassem 5 anos de exercício, mas, nas respectivas funções de docência. Confere em seu artigo 2.º, § único, competência ao Governador do Estado para, em estância administrativa final, decidir da aplicação da lei. Ficam os beneficiados, desde já, enquadrados, com vencimentos fixados e regidos pela legislação do funcionalismo público e do magistério. Elimina da órbita legal os que, mesmo funcionários, não se encontravam, à data da Constituição de 1967, no exercício da docência.

Veio a ter a esta Comissão, emendas ao projeto, propostas pelos Senhores Deputados Luiz Gabriel Sampaio e Osvaldo Macedo, assim como sugestões de Entidades de classe do Magistério paranaense.

A Mensagem chega, embora tardiamente, para reconhecer uma situação que, não atendida no tempo devido, gerou um constrangimento aqueles que, mesmo amparados pela Lei Maior, não viam acolhimento ao seu Direito.

Pretende-se, agora, com ela, corrigir-se o erro, sanar a omissão, e colocar-se ao abrigo da lei os que se enquadram nos dispositivos constitucionais da Carta de 1967.

Todavia, o Projeto de Lei, em seu texto original, está a exigir ajustes, tanto de ordem constitucional, como de entendimento e de redação.

Assim entendendo, e considerando o mérito e a legalidade das emendas encaminhadas à Comissão, bem como das sugestões oferecidas pelas Entidades de Classe que se pronunciaram a respeito, e levando em conta que, tão só, emendar não solucionaria a questão, dado ao razoável número de ajustes a produzir, preferiu-se adotar um novo texto para o Projeto, consubstanciado no Substitutivo Geral que segue em anexo.

Recomendável também que os aspectos ajustados mereçam análise neste Parecer. Assim, considerando esses aspectos:

01.— O artigo primeiro, do Projeto de Lei, nos termos propostos, não se coaduna com a Regra Maior, contida no parágrafo segundo, do art. 177, da Constituição Federal de 1967 que é explícita: “São estáveis os atuais servidores da União, dos Estados e dos Municípios, da administração centralizada ou autárquica que, à data da promulgação desta Constituição, contém, pelo menos, 5 anos de serviço público”. Embora a matéria se dirija a atender aos professores a regra não pode ser escamoteada, nem limitada e contida, pois a ser assim se produzirá lesão a direito líquido e certo assegurado pela Constituição. A aquisição da estabilidade, pelo § segundo, do art. 177, da Carta de 1967 exige duas condições: ser servidor público e contar 5 anos de serviço público na data estipulada. O texto original fere esses dois pressupostos não efetivos e que estivessem no exercício específico dessas funções.

Entendemos de formular novo texto a esse artigo primeiro do Projeto de Lei, ajustando-lhe a norma Constitucional. Mais ainda. Para entender a situação especial do Magistério, a quem a lei permite a acumulação com outra função pública e memo a de dois padrões, acrescentamos parágrafo ao artigo.

02.— O artigo segundo contém disposições de ordem administrativa, disciplinando o procedimento que deve nortear as partes. Mantivemo-lo. Propondo, no entanto, modifica-

ção no seu parágrafo único.

Há anos aguardam os titulares do direito ora reconhecido pelo Poder Executivo que se lhes dê condições de estabilidade no serviço público. Justo não é que, mesmo com o Projeto que se pretende converter em lei, não se fixe um prazo para o atendimento de sua legítima pretensão por parte do Poder Público, sem o que, mesmo com o amparo legal, poderia, por inúmeras razões, ser postergado. De outro lado, se tem em conta que os órgãos públicos do Governo, pelos assentamentos que possuem - o que é referido inclusive na Exposição de Motivos do Secretário de Recursos Humanos - possa se desencumbrar da tarefa com rapidez, pois até mesmo conhecem de antemão os futuros beneficiários.

Em razão disso, se pretende conceder o prazo de trinta dias às Secretarias da Educação e da Cultura e de Recursos Humanos para a apreciação dos processos, e de 10 dias ao Governador do Estado para adotar a decisão final.

03.— O artigo terceiro enquadra os beneficiários e ajusta suas situações financeiras.

Optamos por uma redação mais explícita e simples, definindo com clareza os posicionamentos. Ajusta-se, também, a terminologia, pois a adotada no original, embora se afinize com os termos da Lei 5.692/71 e com os do anteprojeto de novo Estatuto do Magistério para o Estado, há que se reconhecer que legalmente não existe o cargo de “Professor Efetivo de Segundo Grau”, e sim o de “Professor do Ensino Médio”. De outro lado, o Projeto fala em “remuneração”, quando no serviço público se tem em uso a expressão “vencimentos”. Da mesma forma, modifica-se o termo “aulas extraordinárias”, para o termo legal “aulas suplementares”.

Com a nova redação proposta se corrige esses detalhes, suprime-se o parágrafo primeiro, que se acopla no corpo do artigo e confere-se ainda, no que passa a ser o parágrafo único, o direito a se lecionar aulas suplementares, na forma que a legislação própria estabelecer.

04.— O artigo quarto vincula os beneficiários da lei ao Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e à legislação própria do Magistério. Entretanto, em seu final, o artigo se nos afigura incoerente, posto que insere os servidores, objetos desta lei, naquelas legislações citadas, mas “no que forem compatíveis com a situação decorrente desta lei e que com ela não colidirem” condicionando, portanto, tal vinculação. Crê-se que os que passarem a ser beneficiados, pelos dispositivos da lei proposta, passarão a ser funcionários públicos, sem quaisquer outras restrições, deveres ou normas disciplinares que não as contidas nas leis que lhes são próprias. Preferimos suprimir a expressão final do artigo, a fim de não proporcionar uma situação especial e em nada recomendável.

05.— O artigo quinto, que impõe o regime previdenciário do Instituto de Previdência do Estado aos novos funcionários, em decorrência desta Lei, fica mantido na sua totalidade.

06.— O artigo sexto expunge do alcance da presente lei os que não estavam no exercício de funções docentes à data da Const. Fed. de 1967.

Pretende-se aí uma afronta à Constituição, uma violência contra a norma constitucional expressa e que fundamenta a própria existência desta lei. (§ 2.º, art. 177 - Const. Fed. 1967). Já se reformulou o artigo primeiro do Projeto de Lei, por ser restritivo e, assim, em oposição ao texto da Lei Maior que é amplo e abrangente. Aqui, agora, se pretende que o benefício ampare apenas professores e, mesmo assim, só os que estivessem no exercício da função docente. A Constituição não autoriza essa limitação. Contrariamente, a veda. O dispositivo Maior usa a expressão “servidores”, entre os quais estão os “professores” que, como tal, podem e poderia, na forma que a lei dispõe estar por qualquer das razões previstas, afastados não só do exercício

da função docente, como de qualquer outra que, porventura, exercessem.

Não há como, à luz da Constituição e da Lei, se dar condições de viscejar o artigo sexto, pelo que se propõe a sua supressão.

07.— O artigo sétimo, do Projeto de Lei incorre em nova agressão à disposição legal, quando limita o prazo para o interessado requerer o benefício desta lei em 120 dias, entendendo-se que, expirado tal prazo, como ele expirará o direito dos servidores contemplados. Assim se entendendo, mantém-se o artigo, extirpando-se o prazo nele contido.

Diante do exposto, somos pela normal tramitação do Projeto de Lei em tela, opinando por sua aprovação nos termos do Substitutivo Geral proposto e em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1976

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL

ARTIGO 1.º — Fica reconhecida a estabilidade prevista no parágrafo segundo, do artigo 177, da Constituição Federal de 1967 aos servidores não efetivos que em 15 de março de 1967 contavam com 5 anos, pelo menos, de exercício no serviço público.

§ único: Admitir-se-á aos professores a estabilidade, na forma deste artigo, mesmo que efetivos no Magistério ou em outra função pública.

ARTIGO 2.º — O reconhecimento da estabilidade far-se-á mediante solicitação do interessado, à Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, através de processo devidamente instruído.

§ único: Atendidas as exigências contidas no artigo primeiro desta Lei, a Secretaria dos Recursos Humanos apreciarão o processo no prazo de trinta (30) dias, enviando-o então, à decisão final do Governador do Estado, que será tomada dentro de 10 (dez) dias.

ARTIGO 3.º — Os professores considerados estáveis por esta Lei, com licenciatura plena e registrados no Ministério de Educação e Cultura terão vencimentos mensais fixos correspondentes ao cargo de Professor do Ensino Médio, nível 22; os professores com licenciatura curta e registrados no Ministério de Educação e Cultura terão vencimentos mensais fixos correspondentes ao cargo de Professor do Ensino Médio, nível 21; os professores somente registrados no Ministério de Educação e Cultura e beneficiados por esta Lei, terão vencimentos mensais fixos correspondentes ao cargo de Professor de Ensino Médio, nível 20.

§ único: Os professores enquadrados neste artigo ficam sujeitos à carga horária semanal estabelecida para os professores do Ensino Médio, inclusive com direito à atribuição de aulas suplementares, de acordo com a legislação pertinente.

ARTIGO 4.º — Aplicam-se a estes professores as normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e da legislação específica do Magistério.

ARTIGO 5.º — Os funcionários considerados estáveis por esta lei, vincular-se-ão obrigatoriamente, ao regime previdenciário do Instituto de Previdência do Estado do Paraná, na forma da legislação respectiva.

ARTIGO 6.º — À partir da publicação desta lei, os interessados deverão requerer junto à Secretaria da Educação e da Cultura, o reconhecimento previsto no Art. 1.º desta Lei.

ARTIGO 7.º — As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão à conta das dotações próprias consignadas à Secretaria da Educação e da Cultura.

ARTIGO 8.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator.

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PARECER AO PROJETO DE LEI n.º 19/76

O Projeto de Lei 19/76, oriundo de Mensagem Governamental número 41/76, visa reconhecer a estabilidade prevista no parágrafo segundo do Art. 177, da Constituição Federal de 1967 aos professores que em 15 de março de 1967, contavam com 5 anos de exercício nas respectivas funções.

Sobre a matéria houve manifestação favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que em parecer substanciado e acatando propostas de emendas de Deputados e sugestões de entidades de classe, apresentou Substitutivo Geral.

No âmbito desta Comissão de Finanças, temos que a matéria conforme exposição de motivos da Secretaria de Recursos Humanos, anexa à Mensagem, vem propor uma solução visando amparar os Professores de Segundo Grau pela estabilidade concedida na Constituição Federal de 1967. Porém, adotando diretriz de que a Constituição de 1967 contemplavam não só a classe do Magistério, mas reconhecia a estabilidade no âmbito geral do funcionalismo público em geral, é que apresentamos o Substitutivo Geral, visando dotar o projeto de certas peculiaridades e estender o benefício à classe dos Servidores não contempladas no seu bojo.

Nestas condições, nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei número 19/76, com o Substitutivo Anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1976.

aa) Quielise Crisóstomo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI 19/76

ARTIGO 1.º — Fica reconhecida a estabilidade prevista no § 2º do Art. 177, da Constituição Federal de 1967, aos servidores não efetivos que em 15 de março de 1967 contavam com cinco (05) anos, pelo menos, de exercício no serviço público.

§ Único: Admitir-se-á aos professores a estabilidade, na forma deste artigo, mesmo que efetivos no Magistério ou em outra função pública.

ARTIGO 2.º — O reconhecimento da estabilidade far-se-á mediante solicitação do interessado à Secretaria de Estado a que servir, através de requerimento devidamente instruído.

§ Único: Atendidas as exigências contidas nos artigos primeiro e segundo desta lei, o Poder Executivo terá o prazo de 60 dias para processar e decidir do pedido.

ARTIGO 3.º — Os professores considerados estáveis por esta Lei, com licenciatura plena e registrados no Ministério de Educação e Cultura terão retribuição correspondente ao seu cargo de Professor do Ensino Médio, nível 22, os professores com licenciatura curta e registrados no Ministério da Educação e Cultura, terão retribuição correspondente ao cargo de Professor do Ensino Mé-

- dio, nível 21.
- § Primeiro: Os que no exercício do Magistério não forem registrados no Ministério de Educação e Cultura e, os que não forem habilitados terão retribuição fixa mensal correspondente ao cargo de Professor do Ensino Médio nível 20, podendo haver aproveitamento desses servidores em funções administrativas.
- § Segundo: Os professores enquadrados neste artigo ficam sujeitos à carga horária semanal estabelecida para os professores do Ensino Médio, inclusive com direito à atribuição de aulas suplementares, de acordo com a legislação pertinente.
- ARTIGO 4.º — Aplicam-se a estes servidores as normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e da legislação específica do Magistério.
- ARTIGO 5.º — Os funcionários considerados estáveis por esta lei, vincular-se-ão obrigatoriamente, ao regime previdenciário do Instituto de Previdência do Estado do Paraná, na forma da legislação respectiva.
- ARTIGO 6.º — A partir da publicação desta lei, os interessados deverão requerer junto à Secretaria de Educação e Cultura, o reconhecimento previsto no Artigo Primeiro desta Lei.
- ARTIGO 7.º — A partir da publicação desta lei, os interessados terão o prazo de cento e vinte (120) dias para requerer junto à Secretaria da Educação e da Cultura o reconhecimento previsto no Artigo Primeiro desta lei.
- ARTIGO 8.º — As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão à conta das dotações próprias consignadas à Secretaria da Educação e da Cultura.
- ARTIGO 9.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Comissões, em 08 de junho de 1976.
- aa) Quielise Crisóstomo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

**COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS  
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 19/76**

Oriundo de Mensagem Governamental e instituído com exposição de motivos do Senhor Secretário de Recursos Humanos, pretende o projeto de lei reconhecer a estabilidade funcional de professores não efetivos e que na época da Constituição de 1967, contavam cinco (05) anos de efetivo exercício nas funções de docência.

Embora tardiamente, veio o Senhor Governador do Estado usar de competência administrativa para aplicação de dispositivos daquela Lei maior eliminando da órbita legal aqueles que mesmo sendo funcionários não se encontravam no exercício da docência.

Ora a Lei Maior, amparava estas mesmas pretensões, e o Estado vem agora reconhecer uma situação que gerou e gera muito constrangimento ao magistério estadual.

Assim sendo, reconhecer a estabilidade desses servidores, é um ato de plena justiça, assegurando assim uma situação funcional e seus respectivos direitos. Outrossim, o anteprojeto de lei oriundo do Poder Executivo tinha arestas a aparar. e as Comissões de Constituição e Justiça e Finanças desta Casa de Leis, usando de suas competências, apresenta um Substitutivo Geral que com redação mais adequada vem dar ênfase àquele diploma, vindo inclusive de encontro às aspirações da nobre classe dos Professores Paranaenses.

E esta Comissão de Recursos Humanos dá seu apoio integral e parecer FAVORÁVEL ao Substituto Geral da Comissão de Finanças sobre o projeto de Lei em tela.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1976.

aa) Jurandir Messias, Presidente; Fabiano Braga Cortes, Relator.  
Os Substitutivos serão apreciados em 2.ª Discussão.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Gomes de Oliveira. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Professora Rosi Terezinha Tieeot, que exercia seu cargo no Colégio Martinus, nesta Capital. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vicente Elizeu Ampessam, no município de Patto Branco. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário Guerra. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, lido da tribuna, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do Primeiro Aniversário da edição das segundas-feiras do jornal a "Gazeta do Povo". — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Saúde, no sentido de que seja baixada portaria, proibindo bulas nas embalagens de remédios. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, transmitindo os agradecimentos pelas obras inauguradas, ontem, em Quitandinha, quando aquele Município completava 15 anos de fundação. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de congratulações e regozijo pelo transcurso em data de amanhã, do 23.º aniversário da EOEIG, sediada em nossa Capital. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando a inclusão do Grupo Escolar Vicente Machado, do Município de Cianorte, dentre as escolas a serem beneficiadas com a construção de cna-chas de esporte. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, integrada por 5 (cinco) membros, para, no prazo de 30 dias, adotar diversas medidas referentes a assunto aeroviário regional paranaense. — APROVADO.

A referida Comissão Especial será formada por 5 membros e a Mesa solicita aos Srs. Líderes que indiquem três membros da ARENA e dois do MDB.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos setores de segurança, Serviço Nacional de Informações, Polícia Federal, Delegacia de Crimes Contra a Fazenda e Ministério da Justiça, em forma de sugestão, pedido de providências bem como, sejam anexadas cópias de pronunciamento do autor do presente requerimento, fotocópias das documentações representadas pelos recortes de jornais e da cópia do processo que tramita na Justiça Pública de Cambará, com referência a denúncias feitas ao Prefeito Municipal daquele Município. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3ª Discussão - dos Projetos de Resolução 04/76, 05/76, 06/76, 07/76, 08/76, 09/76 e 49/76 e de Lei número 46/76.

2ª Discussão - dos Projetos de Resolução 50/76, 51/76, e de Lei número 19/76.

1ª Discussão - dos Projetos de Resolução números 52/76 e 53/76.

A Presidência lembra ainda, que haverá uma sessão extraordinária amanhã, dia 15, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição número 186/76.

Levanta-se a Sessão.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 463/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4382, de 21 de maio de 1976, deste Poder.

RESOLVE:

conceder, a BLUMER BOSQUILIA, matrícula n.º 414, ocupante do cargo de nível PL“28”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 28 de maio de 1976, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 14 de junho de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário